



A AGROECOLOGIA FRENTE AO CARÁTER IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO

THE AGROECOLOGY AND THE IDEOLOGICAL CHARACTER OF AGRIBUSINESS

Emerson Ferreira da Silva*
Julie Mathilda Semiguem Pavinato**

RESUMO

Este estudo pretende discutir o caráter ideológico presente no discurso sobre a superioridade do agronegócio frente à agricultura camponesa. Constatou-se que o discurso de sucesso do agronegócio esconde o fato de que este setor fez parte de um projeto de modernização do campo, sendo beneficiado por legislação favorável além de ser favorecido com financiamentos e apoio de pesquisas científicas voltadas para atender este segmento da agricultura. Concluiu-se que mesmo com todos os benefícios recebidos, o agronegócio tem pela frente uma trajetória finita, dado o esgotamento ambiental provocado por este tipo de agricultura. Neste sentido, a agroecologia pode representar uma alternativa aos limites do agronegócio, sendo uma alternativa para a produção de alimentos de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Agronegócio; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study refers to the ideological character presents in the discourse on an agribusiness superiority against peasant agriculture. It was verified that the speech of success of the agribusiness conceals the fact that this sector was part of a project of modernization of the countryside, being benefited by favorable legislation besides being favored with financing and support with scientific research aimed to serve this segment of agriculture. It was concluded that even with all the benefits received, agribusiness has a finite trajectory given to environmental depletion caused by this type of agriculture. In this sense, an agroecology can represent an alternative to the limits of agribusiness, being an option for a food production in an environmentally correct, socially just and economically viable way.

Keywords: Peasant agriculture; Agribusiness; Rural development.

* Prof. da Educação básica técnica e tecnológica do IFPR. Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, emerson.ferreira@ifpr.edu.br

**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS, julie_pavinato@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Os grandes produtores rurais brasileiros sempre exploraram suas propriedades nos moldes do capitalismo, com uma produção voltada para o mercado externo. Este fato pode ser observado nos grandes ciclos da cana-de-açúcar, do café e, recentemente, da soja (FURTADO, 1997). O trabalho do camponês, no entanto, sempre foi mais voltado para a própria subsistência e da unidade familiar. Com práticas agrícolas construídas coletivamente e repassadas ao longo de várias gerações, inclusive agregando elementos da cultura indígena, este sujeito, na sua relação com a natureza, forjou não apenas uma forma de produção, mas um sistema cultural (CANDIDO, 2010).

No entanto, as mudanças no cenário agrícola brasileiro, a partir das décadas de 1950-70, ensejaram transformações que alteraram profundamente a paisagem rural nas décadas seguintes. Com a modernização da agricultura, iniciada com a revolução verde, houve uma atenção cada vez maior do governo para o novo segmento da agricultura que se consolidava: o agronegócio. Os agricultores que trabalhavam suas propriedades do modo tradicional, com uma produção diversificada e utilização central da mão de obra familiar, ficaram praticamente excluídos do acesso a políticas públicas para o setor rural (MESQUITA, 2016).

A princípio, esses dois grupos estavam, cada qual ao seu modo, traçando caminhos paralelos quanto ao manejo em suas propriedades. Todavia, o significativo crescimento de um grupo, concomitante ao declínio do outro, nos faz refletir sobre até que ponto esse fato foi obra do acaso.

É relevante refletir sobre o fato de que grande parte dos agricultores que optaram pela mecanização e pela monocultura, tiveram uma significativa ascensão econômica, aumentando cada vez mais o tamanho das suas propriedades e, conseqüentemente, o rendimento obtido com elas:

Na primeira metade dos anos sessenta, que corresponde ao período da crise econômica de 1961/67, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedade. Mas ainda assim podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas, segundo os dados disponíveis do INCRA e do IBGE. Já no período seguinte, 1967/72, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como "milagre brasileiro", aumenta apenas o número de grandes propriedades. (SILVA, 2001, p.12-13).

Não foi apenas o uso de novas tecnologias e melhor gestão das propriedades que fez com que o agronegócio lograsse sucesso, mas, principalmente, um conjunto de políticas públicas (MENDONÇA, 2012). Políticas essas, voltadas prioritariamente ao atendimento dos interesses dos grandes produtores, colocando a agricultura capitalista como foco principal das políticas públicas para o setor em detrimento da agricultura camponesa.

Neste cenário, o declínio do número de propriedades familiares foi constante, culminando com êxodo rural e concentração de terras.



Atualmente, com a questão ambiental cada vez mais em pauta, a agricultura camponesa, tem novamente a possibilidade de assumir papel de destaque quanto a produção de alimentos de forma sustentável, como mostra as recentes experiências de manejo agroecológico.

2. METODOLOGIA

Este estudo se constitui como uma pesquisa descritiva, tendo como base uma revisão bibliográfica sobre as transformações da agricultura no Brasil. A opção pela revisão bibliográfica representou um desafio para se fazer a amarração das ideias dos diferentes autores, uma vez que, nem todos compartilham o mesmo ponto de vista. Neste sentido, procuramos reunir todas as informações levantadas sob o olhar do materialismo histórico dialético, tendo como objetivo encontrar as contradições no discurso de que existe apenas uma forma se fazer agricultura. Desta forma, optamos por uma pesquisa qualitativa, descrevendo a trajetória da agricultura no Brasil e encontrando as lacunas que os discursos ideológicos sempre tentam esconder.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

O conceito de território envolve uma série de abordagens que se subdividem em diversas correntes de debates envolvendo autores de várias áreas do conhecimento. Dentre estas várias abordagens, o conceito de poder figura como um elemento predominante.

As relações sociais no processo de produção do espaço é que o transformam, por isto, na essência, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder. Em função disso, compreende-se o território enquanto produto concreto das lutas de classes travadas no espaço (ROOS, 2015, p. 67).

De acordo com Saquet (2014), a existência do processo de territorialização do agronegócio e do campesinato gera constantes conflitos. À primeira vista, somos levados a acreditar que nesta disputa o agronegócio é de fato o modelo que reúne mais condições para o sucesso na produção, sendo a agricultura familiar um modelo atrasado e incapaz de fazer frente às necessidades de aumento da produção de alimentos. No entanto, ao considerarmos que em meados do século XX esses dois modelos disputavam a hegemonia no campo, apresentando caminhos distintos para a agricultura, veremos que havia uma disputa de território, com um modelo de agricultura se sobrepondo ao outro. Concordamos com Raffestin quanto à disputa de poder que envolve a questão do território:



Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993 p.158-159).

Na relação entre a agricultura camponesa e o agronegócio no Brasil, o poder exercido pelo segundo se faz não apenas através de um conjunto de técnicas de produção, mas sobretudo pela conjugação de elementos políticos e ideológicos que encontram no Estado um dos principais agentes de execução dos interesses dos grandes produtores conforme afirma Raffestin:

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontra-se atores sintagmáticos que produzem o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Assim, vemos que no Brasil o Estado sempre atuou em defesa dos interesses dos grandes produtores rurais, sejam eles latifundiários da cana-de-açúcar e do café ou, como a partir da segunda metade do século XX com a produção de soja e outras *commodities*. Diversas ações políticas, em vários governos sempre atuaram no sentido de favorecer apenas um segmento da agricultura: os grandes proprietários. Mesmo assim a agricultura camponesa resistiu, como vem fazendo recentemente com as experiências agroecológicas, que podem ser entendidas como uma reterritorialização camponesa, conforme afirma Saquet:

Assim como há um movimento histórico, também há acontecimentos coexistentes: a reterritorialização é concomitante à desterritorialização, processo condicionado por fatores econômicos, políticos e culturais, gerando e sendo influenciado pelas territorialidades, que estão na base da formação de cada território e do movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SAQUET, 2014, p.134).

Desta forma, ao levantar a bandeira de uma produção que respeite as diferenças culturais, que seja socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta (SAQUET, 2014) a agroecologia apresenta a possibilidade de resgatar a autonomia camponesa ao colocar o pequeno produtor em condições de ser um agente que não produz apenas alimentos, mas também um modo de vida.



4. A CULTURA CAMPONESA.

A agricultura é mais que apenas a semente que se joga na terra. É mais do que as técnicas usadas para que esta semente produza cada vez mais. É mais do que cotação de produtos agrícolas. Agricultura é feita principalmente por pessoas. E as pessoas da agricultura não são apenas trabalhadoras, não são apenas sujeitos que vivem fora espaço urbano. As pessoas da agricultura não apenas vivem no espaço rural, mas vivem o rural. E esta vida é permeada de uma série de elementos culturais, construídos e reconstruídos durante muitas gerações, e que fazem com que o homem do campo tenha na terra não apenas um lugar de onde tirar o sustento para sua família, mas um local de reprodução de uma cultura¹ historicamente construída.

De acordo com Candido (2010), a agricultura camponesa no Brasil foi construída por sujeitos que produziram um modo de vida com um grande apelo pela liberdade e pela autonomia. No interior do estado de São Paulo, por exemplo, o tipo social conhecido como “caipira”, descrito em trabalho de Antonio Candido, se constitui de uma miscigenação entre os primeiros exploradores da região e os indígenas. Esse hibridismo produziu um homem rústico, apegado à terra, e apto para extrair dela todos os meios necessários para sua sobrevivência.

A grande igualdade entre os membros, das comunidades, com grande solidariedade entre os mesmos, fez com que a ajuda mútua fosse uma arma muito eficaz para enfrentar tanto as dificuldades do isolamento, quanto o abandono do Estado. A cooperação, como os mutirões para realizar um serviço nas terras onde o chefe da família passa por enfermidades, ou mesmo a prática de distribuir um pedaço de carne para cada vizinho, quando se mata um porco, são exemplos de como a solidariedade era um fato constante entre os camponeses (CANDIDO, 2010).

O camponês, nos sertões do Brasil, vivendo isolado e sem nenhuma assistência do Estado, só podia contar com seus vizinhos para vencer as dificuldades desse isolamento. Os mutirões para fazer a manutenção das estradas, ou para ajudar um vizinho com a colheita, por exemplo, eram formas de parceria que resultavam em vantagens, como a execução mais rápida do trabalho, mas também fortaleciam os laços entre os vizinhos formando comunidades com forte identidade entre seus membros. Era comum essa prática de trabalho estar associada a uma confraternização:

1

O conceito de cultura possui muitas definições. Neste trabalho elegemos a conceituação de Geertz: “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ, 2008, p. 15)



Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliam. (CANDIDO, 2010, p. 82).

Podemos perceber que as atividades desenvolvidas pelos camponeses, estudados por Antonio Candido, privilegiavam a solidariedade entre os membros das comunidades estreitando as relações e facilitando a vida nos sertões, praticamente isolados, do interior do Brasil. Da mesma forma, as práticas religiosas funcionavam também com um fator de união entre os membros dessas comunidades. Acontecimentos como festas do padroeiro ou novena na casa de algum morador do bairro, eram elementos que atuavam no sentido de fortalecer os laços do grupo.

A vida menos corrida do caipira, com suas atividades laborais voltadas quase que exclusivamente para a subsistência, aliada ao apego às tradições religiosas, respeitando um número de dias santos de guarda (quando não se trabalha por respeito) muito maior que os moradores da cidade, fez com que este trabalhador recebesse o rótulo de preguiçoso. Antonio Candido percebe, no entanto, que o caipira possui na verdade grande apressamento pela liberdade e pela autonomia, não se sentindo confortável quando colocado em posição de submissão. O referido autor atribui tal característica ao espírito aventureiro dos homens que formaram esse tipo social que, mesmo após a estabilização:

(...) deixou no caipira não apenas certa mentalidade de acampamento - provisório e sumário - como o sentimento de igualdade, que, mesmo nos mais humildes e desfavorecidos, faz refugar a submissão e a obediência constantes. Esta, nele, é sempre relativa e muito precária, comparada à do negro, escravo ou ex-escravo, e mesmo à do colono europeu, fruto duma sociedade rural rigidamente hierarquizada sobre os restos do senhorio da servidão. (CANDIDO, 2010, p. 99).

Portanto, na cultura caipira (camponesa) há praticamente uma ausência de hierarquia entre os membros das comunidades, “grande apego à igualdade e refugio à submissão” (CANDIDO, 2010, p.99).

Também no sul do Brasil, os caboclos formavam um tipo social muito parecido com os caipiras de São Paulo “(...) representados por pequenos lavradores e coletores de erva, dispersos pelas zonas florestais” (FRITZ FILHO, 2009 p. 124).

5. O PAPEL DO ESTADO

Em meados do século XX, com as várias medidas implantadas desde o governo Vargas, o Brasil passava por diversas transformações, inclusive com uma urbanização



crescente. A paisagem rural também passava por mudanças. O crescimento das cidades, fez com que o progresso chegasse mais próximo dos camponeses apresentando para estes sujeitos, elementos de consumo que não poderiam ser adquiridos com a antiga forma de manejo de suas propriedades.

No curto período de presidencialismo do governo João Goulart, a reforma agrária era um tema que estava em pauta, fazendo parte de discursos tanto de setores da esquerda quanto da direita no Brasil (YAMAUTI, 2005). Mesmo o governo dos Estados Unidos considerava que uma maior democratização quanto ao acesso à terra na América Latina poderia diminuir a força política de grupos que pregavam uma reforma agrária mais radical. No jogo político, a disputa por interesses foi adiando cada vez mais a efetivação de uma política de distribuição de terras que desse conta de fazer frente às desigualdades existentes no meio rural brasileiro, com predominância do latifúndio. O empresariado brasileiro, apesar de conseguir ascensão econômica, não conseguiu se afirmar politicamente, sendo que o poder político ficou mantido nas mãos das velhas oligarquias ligadas ao setor rural (YAMAUTI, 2005). No final de 1963, o governo Goulart anunciou uma reforma agrária de caráter populista com objetivo de salvar o seu governo e impedir a eleição de seus adversários. Essa medida, fortemente contestada pelos setores conservadores da sociedade, foi um dos fatores que fortaleceu, junto aos grupos políticos de direita, a ideia da necessidade de um golpe militar, materializado no ano seguinte.

No início do governo militar a reforma agrária foi um tema com pouquíssima atenção, tendo em poucos anos desaparecido completamente de qualquer debate dentro do governo. Mesmo os Estados Unidos não tinham mais interesse neste programa, pois, além dos setores de esquerda estarem sendo controlados, agora pela força, um novo projeto estava em voga para a agricultura no mundo: o Agronegócio (SILVA, 2001).

Alinhado com esse novo modelo de agricultura, o governo brasileiro passou a atuar no sentido de consolidá-lo, o que gerou uma concentração de terras cada vez maior, ao mesmo tempo em que cada vez mais os pequenos produtores eram expulsos do campo:

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação [através de compra, dos projetos de colonização ou da grilagem], por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram, assim, a “modernização” da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas [...]. [a concentração de terras se intensificou] (FERNANDES, 1994, p. 32).

Dentre as possibilidades de desenvolvimento do campo que tínhamos no Brasil na década de 1960, a influência dos setores patronais, com a ausência dos movimentos sociais,



duramente reprimidos durante a ditadura militar, fez com que o governo voltasse suas atenções para o agronegócio que, com base capitalista, utilizava cada vez mais insumos vindos de fora da propriedade, (sementes, adubos e maquinários, além de produtos químicos para o controle de insetos e doenças). Nesse modelo de agricultura, a produção em larga escala dependia de grande quantidade de terra além de considerável investimento financeiro. Não havia, portanto, lugar para os pequenos e/ou descapitalizados produtores.

Contando com uma significativa representatividade, que remontava ao período colonial, o agronegócio manteve influência política bastante forte. Mesmo com a ascensão de uma burguesia urbana, o poder político continuou sob forte influência dos setores ligados ao latifúndio (YAMAUTI, 2005).

Antes que a agricultura camponesa se organizasse para conseguir atender ao aumento da necessidade de alimentos no país, por conta da urbanização e crescimento demográfico, o agronegócio começou a ganhar força e teve uma ascensão constante. Atualmente o discurso corrente é o de que o agronegócio é mais eficiente e justamente por isso conseguiu assumir o protagonismo. Esse discurso ideológico, no entanto, esconde que esse modelo de produção recebeu e recebe um intenso apoio do Estado ao longo de várias décadas.

No entanto, o discurso da competência do agronegócio parece surgir da sociedade como se não houvesse um agente propulsor dessa ideologia. Os sujeitos sociais, de forma genérica, não exigem mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo agrícola em grande escala” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008. p.20).

O papel do Estado foi fundamental para o crescimento do agronegócio, com especial destaque para as pesquisas destinadas a atender as necessidades desse segmento. Com a criação da Embrapa em 1973, inicia-se um novo rumo na pesquisa agropecuária no país. Com fortes investimentos e tendo seus estudos voltados para atender apenas um setor (grandes produtores rurais que aderiram ao agronegócio), a Embrapa assumiu a liderança quanto ao desenvolvimento de tecnologias para o setor agropecuário (MENDONÇA, 2012).

Enquanto foram extintos órgãos de pesquisa que antes tinham trabalhos voltados para atender também as necessidades dos pequenos produtores e da produção de alimentos para o mercado interno, a Embrapa, com forte influência de setores ligados à agroindústria, iniciava suas atividades com atenção prioritariamente voltada aos interesses do agronegócio:

Em seus primeiros anos de funcionamento, a Embrapa privilegiou a geração dos chamados pacotes tecnológicos, que induziam ao uso intensivo de insumos modernos, afinada aos interesses dos grupos



agroindustriais que lutaram por sua fundação. (MENDONÇA, 2012, p.82).

Os pacotes tecnológicos, como afirma Mendonça, foram uma maneira de privilegiar cada vez mais os grandes produtores, e impor as novas regras para a agricultura no Brasil, inclusive com financiamentos condicionados à aquisição desses pacotes. A autora cita ainda, que no período seguinte à implantação dessas políticas houve uma acentuada concentração de capital no campo, fato que pode ser exemplificado com o aumento expressivo do número de tratores, sendo que 52% deles estavam concentrados em 2,6% das propriedades (MENDONÇA, 2012, p.82).

Diante disso, fica evidente que o Estado brasileiro atuou e atua em consonância com interesses externos, sendo que esta parceria seguia na direção dos interesses dos grandes grupos do chamado *agribusiness*. O Estado se coloca, portanto, como um mero executor de tais interesses, voltando sua atuação, para a construção de um novo cenário no meio rural, onde a prioridade do setor público é a agricultura capitalista que tem à disposição todas as condições para a sua expansão. Conforme Marcatto (2016), a atuação estrangeira, legitimada pelo Estado brasileiro foi decisiva para a ascensão do agronegócio:

No Brasil, foram criados os sistemas de assistência técnica e extensão rural e o sistema de pesquisa agrícola, com seus mais de trinta Centros Nacionais de Pesquisa. Os currículos das universidades de agronomia foram completamente reformulados (1960), e os professores universitários foram enviados para treinamento em universidades dos EUA (principalmente). O governo brasileiro também: criou linhas especiais de crédito rural para permitir a compra de máquinas, equipamentos e “insumos modernos”; estabeleceu subsídios especiais para a instalação do emergente setor agro-industrial. Uma parte importante dos recursos financeiros, materiais e equipamentos necessários foram fornecidos por agências doadoras do primeiro mundo e por organismos internacionais (MARCATTO, 2016, n.p.).

Vemos, portanto, que as pesquisas, assim como as políticas públicas, como financiamentos, foram direcionadas para atender essa nova demanda e atuaram no sentido de privilegiar a monocultura extensiva. Sem recursos financeiros para modernizar sua produção e desamparados pelo Estado, os pequenos produtores intensificaram o processo de migração para as cidades, onde foram atender a necessidade de mão de obra das indústrias que também tiveram crescimento expressivo neste período no Brasil, ou ainda para ampliar o exército industrial de reserva (MARCATTO, 2016).

Essas mudanças no mundo do trabalho rural provocaram mudanças também nos trabalhadores, sobretudo nos camponeses que resistiram, uma vez que, antes eram detentores de um conhecimento acumulado e transmitido ao longo de gerações, agora passaram a improvisar novas técnicas, pois não tinham acesso à assistência técnica específica para as necessidades de sua propriedade. Assim, podemos dizer que mesmo os que permaneceram no campo foram, em certa medida, expropriados de seu trabalho na medida em que a antiga



forma de manejo, que fazia parte de todo um conjunto cultural, foi fragmentada em novas técnicas, parcialmente empregadas e estranhas à sua tradição, transformando-os em meros reprodutores de técnicas externas a sua cultura.

A territorialização do campo pelas multinacionais, produtoras de insumos para a agricultura capitalista, subordina a agricultura aos interesses dessas empresas que ditam as regras e controlam a produção, fazendo com que a terra fique cada vez mais concentrada.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. (FERNANDES, 20013a, p.198).

O resultado deste processo é a concentração de terras e o aumento da desigualdade no campo, pois o modelo do agronegócio atua no sentido de privilegiar os grandes produtores. De acordo com Cavalcante e Fernandes (2008), a dependência dos pacotes tecnológicos, oferecidos pelas empresas fornecedoras de insumos para o agronegócio, atua no sentido de favorecer a concentração de terras uma vez que, a cada oscilação de mercado, leva a falência os produtores menos capitalizados.

6. AGROECOLOGIA: a resistência camponesa.

Mesmo com todo o poder acumulado, a hegemonia do agronegócio começa a ser questionada, principalmente a partir da última década do século XX. Com a questão ambiental cada vez mais em pauta, a agricultura convencional que, apesar da alta produção, não é sustentável a longo prazo, tem que ser repensada. De acordo com Caporal e Costabeber (2001), a agricultura, assim como a sociedade, estão cada vez mais assumindo novos valores que os autores chamam de *ecologização*, sendo que a necessidade de uma produção sustentável é cada vez mais presente. Nesse sentido, a agricultura começa a passar por um novo processo de transição, no qual a agricultura camponesa reúne condições para assumir o protagonismo uma vez que “as práticas (agro)ecológicas são camponesas” (SAQUET, 2014, p.132).

A agroecologia apresenta uma forma de agricultura onde o conhecimento científico é somado ao conhecimento tradicional dos camponeses que trabalham a terra durante muitas gerações. Neste modelo de agricultura, o agricultor não é apenas um mero executor de técnicas produzidas por órgãos de pesquisa e transmitidos por extensionistas a serviço de empresas do agronegócio, mas é um protagonista que também busca na sua experiência as soluções para a construção de uma agricultura sustentável (LEFF, 2002).



Os problemas ambientais, com efeitos mais explícitos no início deste século, mostram claramente que é necessário buscar novos caminhos antes que a sobrevivência da humanidade fique comprometida. Diante dos limites que a agricultura convencional tem pela frente, ao exigir recursos muito maiores que a natureza pode oferecer, a agroecologia surge como saída, ao propor um desenvolvimento que respeite o meio ambiente, ao mesmo tempo que seja socialmente justo.

Acreditamos que a força política em torno do agronegócio constitui um dos maiores obstáculos para a ampliação de práticas agrícolas de base agroecológicas, uma vez que tais práticas esbarram em poderosos interesses econômicos com os quais o Estado sempre está alinhado. De acordo com Altieri (2010), as inovações agroecológicas estão condicionadas à grandes mudanças nas políticas agrárias bem como nas pesquisa e extensão. Dessa forma, é fundamental que haja o despertar de uma autonomia nos agricultores camponeses, para que possam entender o contexto histórico e social no qual estão inseridos de modo que se tornem agentes desta nova forma de produzir alimentos.

A construção da autonomia passa, necessariamente, por um profundo conhecimento da situação de classe e dos conflitos, numa contínua luta contra a expansão e reprodução ampliada do capital. É uma luta constante pela terra e pela permanência nela, pelo território e pelo lugar de vida. (SAQUET, 2014, p.132).

No estado do Paraná as experiências agroecológicas, principalmente nos assentamentos de reforma agrária têm sido um importante foco de resistência camponesa, frente ao agronegócio. Desde o final da década de 1990, o MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra) vem adotando um discurso de defesa da produção agroecológica como forma de alcançar a sustentabilidade nos assentamentos (BORGES, 2007).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio foi construído ideologicamente como o único modelo de agricultura capaz de produzir alimentos de forma eficiente. O discurso de sucesso desse modo de produção esconde, no entanto, o fato de que o Estado atuou e atua em vários níveis para beneficiar prioritariamente esse segmento, seja com legislação, financiamentos ou mesmo pesquisas.

Assim, o território rural, invadido por práticas externas à cultura dos camponeses que, em consonância com as políticas neoliberais que impuseram sobre os pequenos agricultores apenas uma forma de manejo em suas propriedades, ignorando todo um complexo cultural historicamente construído e impondo novas técnicas, modernas, globalizadas e caras. Os principais agentes desta desterritorialização são os grandes grupos econômicos ligados ao setor do agronegócio. Esses grupos têm como instrumentos de



atuação os grandes produtores assim como o Estado, impondo uma forma de manejo e expulsando do campo os pequenos produtores que não atendem aos seus interesses financeiros. Neste contexto, a produção agroecológica representa, uma forma de resistência frente a esta expropriação, apresentando uma possibilidade de reterritorialização do campo a partir do momento em que os pequenos produtores buscam a reconstrução de uma nova forma de interagir com a natureza e com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. In: Revista NERA – ANO 13, n.º. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010. Disponível em: <<http://www.ft.unesp.br/nera>>. Acesso em 15 de Maio 2016.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. . **Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova Extensão Rural**, In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2001, Botucatu (SP). Anais do Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu,: UNESP/FCA/DGTA e Instituto Giramundo Mutuando, 2001. p. 1-22.

CARIDÁ, A. C. B. B. **“Agricultura Camponesa X Agronegócio: distintos modelos de desenvolvimento rural e seus diferentes projetos socioeducacionais”**. In: Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 1, p. 33-49, 2012.

CAVALCANTE, M. B.; FERNANDES, B. M. . **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA (UNESP), v. 13, p. 16-25, 2008. Disponível em: <<http://cultivehortaorganica.blogspot.com.br/2015/06/agricultura-sustentavel-conceitos-e.html>> Acesso em: 03 de outubro 2016.

FRITZ FILHO, L. F. **Análise das unidades de produção agrícolas do município de passo fundo/RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural. Porto alegre 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1º. ed.13º reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2008.



LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

MARCATTO, C. Agricultura sustentável: conceitos e princípios. In: **Rede ambiente**, Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.redeambiente.org.br>>. Acesso em: 03 de julho 2016.

MENDONÇA, S. R. **Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003)**. Raízes, v.32, n.2. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_294.pdf> Acesso em: 03 de outubro 2016.

MESQUITA, B. A.. **Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais**. Revista de Políticas Públicas, v. 20, p. 135-143, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1997.

ROOS, Djoní. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense : territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências** -. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente : [s.n.], 2015

SAQUET, M. A. **Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional**. Mercator (Fortaleza. Online), v. v.13;n.2, p. 125-143, 2014.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki . **A questão da reforma agrária no governo João Goulart**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences , Maringá, v. 27, n.1, p. 69-86, 2005.